

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MEIO A  
INCLUSÃO ESCOLAR: ALUNOS COM TEA

PONTA GROSSA

2023

ALESSANDRAMAYERDELIMA

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MEIO À  
INCLUSÃO ESCOLAR: ALUNOS COM TEA

Trabalho de conclusão de curso apresentada para obtenção do título de Licenciada em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Setor de ciências exatas e naturais.

Orientador: Prof. Me. Mario Cezar Lopes.

PONTA GROSSA

2023

## DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Alessandra Mayer de Lima portadora do RA:19004602 e RG: 14.061.962-0, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado por mim, portanto é de minha responsabilidade o texto escrito apresentando os resultados de minha pesquisa científica.

Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados de acordo com a ética, respeito dos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação da transcrição, conforme regem as normas ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 13 de março de 2023.

*Alessandra Mayer de Lima*

Assinatura do Acadêmico

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### ATA DE DEFESA

Aos 15 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, na sala virtual do *google meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Me. Mario Cezar Lopes (Presidente-Orientador), Dr. Paulo Rogério Moro (membro) e Dra. Carla Silvia Pimentel (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso sob o Título “PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MEIO A INCLUSÃO ESCOLAR: ALUNOS COM TEA ”, elaborado por concluinte Alessandra Mayer De Lima do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguido pelos integrantes da Banca. Após o procedimento da avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado: APROVADA

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

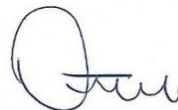
1) Presidente: Ms. Mario Cezar Lopes



2) Membro 1: Dr. Paulo Rogério Moro



3) Membro 2: Dra. Carla Silvia Pimentel



Ponta Grossa, 15 de fevereiro de 2023.

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MEIO A  
INCLUSÃO ESCOLAR: ALUNOS COM TEA

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de Licenciatura em Geografia.

Ponta Grossa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Ms. Mario Cezar Lopes

Universidade Estadual de Ponta Grossa

---

Dra. Carla Silvia Pimentel

Universidade Estadual de Ponta Grossa

---

Dr. Paulo Rogério Moro

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho à minha família que esteve sempre ao meu lado, me apoiando e guiando por meio da ajuda divina para não desistir e ultrapassar os obstáculos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, a minha fonte de esperança e persistência desde o início do curso, o qual me fez ter fé e acreditar que conseguiria chegar onde estou agora.

Agradeço à minha família, meus pais, minha irmã e meu namorado, que nunca soltaram minha mão quando a vontade era desistir e sempre me incentivaram a cada momento, sendo minha maior base.

Agradeço aos entrevistados que cederam do seu tempo para me ouvir e contribuir com informações importantes e a minha amiga Luana Zanardini que se disponibilizou a ler e opinar sobre meu trabalho durante todo esse processo

Por fim, meu agradecimento especial ao meu professor orientador, que se fez presente e disposto a me ajudar quando eu mais precisei, sendo paciente e me auxiliando sempre que foi necessário e a minha professora da disciplina de OTCC, que me auxiliou com todas as informações necessárias ao longo do curso para desenvolver um bom trabalho.

## RESUMO

Ao longo dos anos pudemos observar que vem surgindo muitos questionamentos e estudos acerca do autismo. Podemos compreender que embora seja necessário nos embasarmos em estudos sobre cada um dos transtornos mentais, o autismo vem ganhando destaque no campo da psicologia e chamando a atenção da área educacional, principalmente no âmbito escolar. Crianças com TEA- Transtorno do Espectro Autista tendem a apresentar padrões restritos e repetitivos de comportamentos ou de interesses. A fim de maximizar o potencial em todos os alunos afetados pelo TEA – especialmente aqueles que podem ter limitações físicas – as escolas devem estar cientes desses fatores para que possam ajustar os métodos de ensino de acordo com a realidade de cada aluno. Nem sempre a realidade/prática se articula com a teoria, já que muitas escolas ainda não portam tais conhecimentos ou estruturas de funcionamentos para receber esses alunos. A pesquisa, portanto, foi dividida em três âmbitos que possuem uma relação direta e indireta com a escola, sendo elas: escola como equipe pedagógica, professor-pedagoga e aluno-família, tendo como intuito analisar os dados obtidos - conforme o resultado apontado em cada assunto– juntamente ao estudo teórico de fontes que abordam o tema. De tal forma, para que essas informações fossem alcançadas, o estudo foi realizado através da pesquisa qualitativa e expositiva, entrevistando e coletando informações juntamente com o embasamento teórico que foram sendo estabelecidos no decorrer do trabalho, analisando entre os próprios três eixos da pesquisa, professor, escola e família, trazendo significativos resultados, onde os entrevistados puderam afirmar que o trabalho da escola, entre professor e pedagogo, passou a contribuir com o crescimento estudantil do aluno, conforme afirmou a família, confirmando a teoria estando presente na prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista. Práticas pedagógicas.

Escola.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>12</b>
– O que se entende por TEA .....	14
– Legislação para os estabelecimentos públicos no Estado do Paraná..	16
– Leis e diretrizes para inclusão educacional de crianças com TEA	17
– Panorama da presença de alunos com TEA do ensino fundamental II e ensino médio do município de Ponta Grossa.....	19
<b>2. O PAPEL DA EQUIPE PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA: PROCESSOS DE ENSINO.....</b>	<b>21</b>
– O papel da equipe pedagógica nas escolas para alunos com TEA	21
- Orientações legislativas para o trabalho com alunos TEA no âmbito escolar	23
- Teorias e ações utilizadas por pedagogos para orientar a prática docente desenvolvida com alunos TEA .....	25
<b>3. O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE O TRABALHO COM ALUNOS TEA DE UMA ESCOLA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....</b>	<b>27</b>
- O processo formativo: inicial e continuado para o ensino aos alunos com	

necessidades especiais .....	27
– Práticas educativas docentes para alunos com TEA 30	
– Relação família e escola em meio a inclusão escolar.. de autistas .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>
<b>-ANEXO A – Termo de autorização para publicação na BDTM.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do estudo de embasamentoteórico atrelado a práticas educativas resultantes do âmbito educacional e visa observar quais as práticas utilizadas porprofessores da área de Geografia para trabalhar com alunos que possuem TEA- Transtorno do Espectro Autista–em uma escola estadual do município de Ponta Grossa, sobretudo buscando compreender as dificuldades que podem ser desenvolvidas nesse meio por parte dos professores ao transmitir conhecimento e compreender qual o papel da equipe pedagógica perante o educador e como a família do aluno com TEA está diretamente ligada a esse meio, entrevistando três pessoas,sendo elas: professor de Geografia, pedagoga e mãe de um aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Como intuito principal, esse trabalho foi direcionado a entrevistar e comparar informações coletadas juntamente com o embasamento teórico que foram sendo estabelecidos no decorrer do trabalho, analisando entre os próprios três eixos da pesquisa, professor, escola e família.

Dessa maneira não somente como uma forma de obter diferentes informações, serão visíveis no decorrer desta pesquisa, uma forma de destacar as principais práticas utilizadas pelos entrevistados que poderão auxiliar, de certa forma, aqueles que terão esse trabalho como base, para as suas práticas educacionais ou até mesmo familiares, podendo auxiliar professores e escolas que contribuíram com a pesquisa e também demais instituições de ensino.

As diversas dificuldades enfrentadas por educadores dentro de sala de aula e no decorrer de sua vida profissional sempre estiveram presentes. Dessa forma, será possível compreender quais as melhores práticas podem ser abordadas para trazer melhorias dentro da sala de aula, permitindo que cada professor possa crescer profissionalmente e descobrir-se como uma fonte de transformação positiva sobre, principalmente, na vida escolar desses alunos.

O capítulo I, trará uma abordagem geral sobre o conhecimento do Transtorno do Espectro Autista, pois para aprofundar-se de um tema como esse, se faz necessário compreender os principais aspectos desse transtorno, já que se trata de um assunto muito importante, pois vem crescendo cada vez mais. A cada ano, mais crianças vem apresentando características próprias desse transtorno, assim como diz AmiKlin em seus estudos, são notórias essas carac terísticas, tanto

a família quanto a equipe pedagógica em que se está inserida a criança, consegue ter essa percepção.

Entretanto, no capítulo II, compreende-se como a escola junto dos professores de Geografia e pedagogos deverão preparar-se profissionalmente para receber os alunos com o Transtorno do Espectro Autista dentro da escola, definindo quais os principais recursos e soluções a serem tomadas para que haja uma boa recepção e preparação futura desses alunos.

Ao finalizar o capítulo III, vemos como toda essa abordagem teórica sobre o tema vem sendo elaborada dentro das escolas, para que seja possível essa comprovação, houve a colaboração de três entrevistados, sendo eles: uma pedagoga, um professor de Geografia e a mãe de um estudante com TEA de uma escola estadual do município de Ponta Grossa, onde puderam relatar se as principais abordagens de um ambiente propício para alunos que possuem algum transtorno, como professores capacitados e uma equipe pedagógica presente, são encontrados nessa escola.

Portanto, faz-se necessário contribuir coerentemente com a realidade atual enfrentada por professores com alunos que possuem necessidades de atenção especial, como o TEA, direcionando aos professores da área de Geografia para que, possam sempre investir em práticas funcionais e buscando sempre melhorias para um efetivo aprendizado para com esses alunos, em casos como esse, envolve não apenas o aprendizado dos alunos no ambiente escolar, mas sim a vida futura e social deles.

A pesquisa foi estruturada inicialmente com base em fundamentações teóricas de alguns sites e artigos, os quais trazem informações pertinentes sobre o assunto abordado neste trabalho. Partindo disso, foram realizadas entrevistas de forma que pudessem contribuir com o principal objetivo a ser alcançado sobre as práticas docentes com alunos com TEA e comparadas diretamente com a parte teórica do que foi destacado ao longo dos capítulos I e II

## CAPÍTULO I

### O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Início a abordagem através da seguinte frase “a criança com autismo vive isolada, falta de linguagem (mutismo), obsessão a certos ruídos e alguns objetos, estereotípias e ecolalia”, definida por Leo Kanner (1943), um psiquiatra austríaco, o qual tornou o termo “autismo” definido como um transtorno onde há uma relação entre o indivíduo e a sua realidade, o qual vive em seu próprio mundo.

Muitos estudos vêm surgindo com o passar dos anos tendo como base o tema “autismo”, conforme artigos encontrados, ou seja, podemos compreender que embora sejam necessários nos embasarmos em estudos sobre cada transtorno mental, o autismo vem ganhando destaque dentro da psicologia e chamando a atenção do âmbito educacional e escolar.

A cada ano, mais crianças vem apresentando características próprias desse transtorno, assim como diz Ami Klin em seus estudos, são notórias essas características, tanto a família quanto a equipe pedagógica em que se está inserida a criança, consegue ter essa percepção. Ressalta-se de acordo com Klin (206, p.54) que:

Nessa condição, existe um marcado e permanente prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas devem estar presentes em torno dos três anos de idade.(Klin, 206, p.54)

O autismo ao ser diagnosticado, deve ser compreendido e não repreendido, como em muitos casos. A escola é primordial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, é base fundamental para auxiliar a família no desenvolvimento das crianças. Dentro da geografia, o professor, além de interferir no conhecimento geográfico, promove uma visão social, moldando o espaço em se está inserido. A realidade em que uma pessoa vive, transpassa o ensino geográfico, onde aprendemos a determinar nosso território e a nos transformarmos conforme o período em que estamos vivenciando.

Deste modo, é de fundamental importância, o professor de geografia ter o conhecimento das dificuldades e transtornos enfrentados por seus alunos, de modo que, possa o auxiliar a se inserir no meio social, começando pela escola.

Ao longo dos anos, vemos as práticas educativas sendo definidas com muita responsabilidade, ou seja, um papel fundamental dentro do ensino, desde as instituições eclesásticas até o momento em que passou a se tornar parte do governo como um projeto.

Assim como traz o artigo “Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades”, as práticas educativas até mesmo quando a educação era destinada para aqueles que possuíam uma classe social mais alta em meio à sociedade, onde a escola era destinada à formação de líderes do povo. Dessa forma, as práticas educativas se destacavam ao desenvolver competências e habilidades para auxiliar nesse processo de formação.

Os anos foram passando, e assim como em todo o mundo, a educação teve suas mudanças, nesse contexto até mesmo as práticas educativas tiveram seus princípios modificados, o que antes era destinado a formar líderes, passou a desenvolver objetivos práticos para formar cidadãos que pudessem desenvolver seus aprendizados em meio à sociedade, focando na construção de bens e serviços, como produtor e consumidor.

Porém, as modificações das práticas educativas não pararam por aí e provavelmente será um ciclo com muitas modificações futuras. Com a entrada da Pessoa Com Deficiência (PCD) nas escolas, nesse caso alunos com alguma deficiência em específico e a partir do momento que tiveram internacionalmente seus direitos aprovados e assinados -conforme disposto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”- as instituições passaram a moldar novamente suas práticas educativas para a chegada desses alunos em escolas regulares.

Porém, a educação inclusiva a qual chamamos, vai muito além de necessitar uma aula bem elaborada. Assim como outras deficiências, o Transtorno do Espectro Autista tornou-se um verdadeiro desafio dentro das escolas para que os professores pudessem desenvolver práticas educativas inclusivas.

De tal forma, percebemos que a falta de conhecimento e aprofundamento sobre o assunto de inclusão escolar traz resultados negativos na prática do educador. Foi assim que no século XX desenvolveu-se pesquisas com o intuito de estudar o Transtorno do Espectro autista, a fim de promover intervenções práticas

que trouxessem melhorias para a vida de pessoas com autismo, principalmente no meio escolar, onde pouco se preocupava em ajudar pessoas com qualquer transtorno ou deficiência, um ambiente em que deve atribuir independência e autoconhecimento sobre si mesmo.

Objetiva-se assim, compreender nesse estudo, como as práticas educacionais em meio a inclusão escolar de alunos com TEA devem ser moldadas nas escolas.

#### – O QUE SE ENTENDE POR TEA

O autismo, segundo Gillberg (1990) é uma "síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento".

Utiliza-se a sigla TEA para se referir ao Transtorno do Espectro Autista que, tem como sua definição, um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por desafios de comunicação e principalmente interação social.

O autismo caracteriza-se por comportamentos repetitivos e interesse reduzido pelo que se encontra em sua volta e em linhas gerais, pode ser classificado conforme o grau de necessidade de suporte de cada caso, podendo ser considerado: autismo leve, moderado ou severo. Assim como vemos na Associação Americana de Psiquiatria (APA):

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31).

Esse transtorno, segundo pesquisas, se instala nos três primeiros anos de vida, quando o neurônio responsável pela coordenação da comunicação e relacionamento social tem uma falha e deixam de formar as conexões necessárias permitindo que afete inteiramente a forma de vida daqueles que são diagnosticados, como as condições mentais, físicas e até mesmo sociais, pois apresenta um atraso na empatia e na sociabilidade da criança.

Para a APA (2014, apud VIEIRA; Baldin, 2017, p. 1),

O transtorno do espectro autista é uma desordem do neurodesenvolvimento com início precoce e curso crônico, não degenerativo. De etiologia ainda desconhecida, o TEA abrange prejuízos na interação social, alterações

importantes na comunicação verbal e não verbal e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses, dentre outros sinais e sintomas.

Segundo o CDC, Centro de Controle e Prevenção de doenças, uma agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, que trabalha visando os cuidados e proteção da saúde pública e segurança da população, trazem dados de que cerca de 1 entre 88 crianças, são diagnosticadas com TEA em todo o mundo. Esses dados podem ser obtidos através da análise em crianças nos seus primeiros anos de vida, logo após os 6 meses posteriores ao nascimento.

Conforme a CDC, por volta dos 2 anos de idade, já possível diagnosticar uma criança com TEA de forma confiável e válida, em relação ao desenvolvimento de linguagem (pré-verbal e verbal), coordenação motora fina e habilidades comunicativas.

Conforme Ami Klin, as crianças que passam a ser diagnosticadas com TEA têm seus atributos específicos que caracterizam esse transtorno e muitas são observadas quando passam a ir para a escola, já nos anos iniciais, onde na maioria dos casos, os professores ou toda a equipe pedagógica observam o aluno com um ritmo de aprendizagem mais lento do que seus colegas, sem nenhuma dificuldade de aprendizado ou problemas emocionais que limitem seu progresso.

Porém, cada caso é único, alguns alunos podem ser superdotados ou com altas habilidades em algumas áreas, portanto é sempre recomendado aos responsáveis procurarem reforço médico caso observe algum comportamento fora do comum em seu filho e os professores também recebem essa recomendação de modo que, fiquem sempre muito atentos aos seus alunos, podendo entrar em contato com os responsáveis pela criança e relatar todos os comportamentos observados em sala.

O termo autismo surgiu no ano de 1911 por Eugen Bleuler, um psiquiatra que ao observar os sintomas de esquizofrenia, utilizou do “autismo” para definir essas reações dos pacientes como “desligamento da realidade combinado com a predominância relativa ou absoluta da vida interior” (BLEULER, 2005 apud DURVAL, 2011,p.7).

Alguns anos se passaram e novos estudos foram aparecendo, o médico Leo Kanner, desenvolveu no ano de 1943, nos Estados Unidos, um estudo baseado em 11 crianças, em que pôde identificar de forma individual, em cada uma, as suas



distâncias afetivas, o que passou a chamar de “distúrbio artístico do contato afetivo”. Algo muito perceptível até os dias de hoje, essa característica que os autistas têm em manter contato visual ou direto com as pessoas.

Há também a colaboração dos estudos de Hans Asperger, em que no ano de 1944 escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, o qual mostra os detalhes dos comportamentos apresentados por crianças autistas relacionados a distância social, porém, quem mais apresentava esse tipo de comportamento eram os meninos. Ou seja, ele chegou a conclusão que, há mais meninos autistas do que meninas. Assim surgiu mais uma nova descoberta para enriquecer o estudo sobre esse distúrbio do neurodesenvolvimento.

Com o decorrer dos anos, o índice de pessoas com autismo aumentou significativamente, dessa forma, a ONU declarou no dia 2 de abril de 2007, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, como forma de levar até mais pessoas a importância de conhecer esse transtorno e buscar com antecedência por tratamentos ou diagnósticos médicos.

Foi no ano de 2012 que passou a ser criada a Lei Berenice Piana (12.764/12), a qual determina “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, que tem como objetivo formular diagnósticos precoces, tratamentos e medicamentos de qualidade como direito de todos e a proteção que deve gerar em torno dessas pessoas, assim como diz Cunha:

Pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para “Transtorno do Espectro Autista”. (CUNHA, 2013, p.23).

Portanto, é evidente que o nosso país se preocupa em determinar leis que estabeleçam o conforto e a confiança de pessoas com TEA.

## – LEGISLAÇÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARANÁ.

No que se refere as leis do estado do Paraná, temos disposto o projeto de lei que traz a obrigatoriedade de inserir nas placas de atendimento prioritário, o símbolo mundial do TEA- Transtorno do Espectro Autista em todos os estabelecimentos públicos e privados dos municípios do Paraná.

Dessa forma, vemos como há a intenção em estabelecer maior aprofundamento do conhecimento sobre pessoas autistas, isso vai muito além do que se é visto apenas dentro das escolas.

A partir de agora, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) está tornando mais inclusiva a identificação visual no atendimento preferencial da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) de Curitiba, utilizando o laço colorido, indicando que a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA) tem prioridade

Conforme a Lei 13.977/20, que criou a “Carteira de Identificação da Pessoa Com TEA” (CIPTEA) descreve em seu Art. 1º § 3º, onde consta que:

Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista (Lei 13.977/2020 Art. 1º § 3º).

Dessa forma temos uma lei a qual irá garantir o atendimento preferencial à pessoas autistas sendo priorizados como os idosos com sessenta anos ou mais, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo.

A Lei 13.977/20 alterou também a Lei 12.764/12, que instituiu a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com TEA, a qual permite a criação de Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), de expedição gratuita.

## LEIS E DIRETRIZES PARA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TEA

O processo de inclusão escolar no Brasil tem se tornado cada vez mais abrangente e exige maior necessidade de aperfeiçoamento pedagógico específico para diferentes ciclos da educação.

Para que isso seja possível, torna-se necessário que os profissionais que atuam na escola, tenham maior conhecimento das prerrogativas judiciais e legislativas, pois só desta forma será possível a boa execução dos direitos definidos por leis e uma melhora na educação.

Diante disso, é necessário conhecer algumas leis que passaram a existir com o objetivo de trazer uma melhoria para a educação inclusiva, assim como em 7 e 10 de junho de 1994, surge o primeiro documento internacional a defender a inclusão

escolar de estudantes com deficiência, a Declaração de Salamanca.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, surge anos depois no Brasil em 20 de dezembro de 1996, nº9.394 e destaca em seu artigo 2º o dever do Estado e da família, respeitando os princípios de liberdade e de solidariedade humana, a educação e o desenvolvimento do educando para o seu exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Anos depois (2012), entra em vigor a lei a qual fala sobre os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo vida digna, respeitando sua integridade física e moral, proteção, acesso a serviços de saúde, atendimento multiprofissional, medicamentos, nutrição adequada, auxílio no diagnóstico, acesso à educação, moradia, previdência e assistência social de qualidade, definida em 27 de Dezembro de 2012 como a Lei nº 12.764 delibera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Partindo para o dia 6 de julho de 2015, entra em vigor a Lei nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a qual garante, promove e norteia exigências que visam a igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Conforme se apresenta no artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, foram inseridos alguns incisos que responsabilizam o poder público de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a pessoa com deficiência.

Mesmo passado mais de uma década em que o Brasil passou a ser um país signatário dos movimentos internacionais de inclusão, é possível observar a necessidade de haver mais leis que se baseiem nos direitos de pessoas que dependem da inclusão, ofertando compromissos que fortaleçam a educação para todos.

#### – PANORAMA DA PRESENÇA DE ALUNOS COM TEA DO FUNDAMENTAL IIE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.

Atualmente, a rede de ensino do município de Ponta Grossa tem matriculado em torno de 100 alunos com TEA- Transtorno do Espectro Autista, conforme dados recebidos através da entrevista realizada no dia 15 de junho de 2022, com a

chefe do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

No Município de Ponta Grossa, iniciou-se em 2008 em parceria com o Ministério de Educação, para implantação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM – AEE), para atender aos alunos público-alvo da Educação Especial, cujo objetivo é auxiliar de forma mais completa, com atenção especial ao aluno com TEA, no seu contraturno, ou seja, se o aluno estuda no período da manhã, poderá utilizar a sala de recursos durante a tarde.

Visando aprimorar a política da Educação Inclusiva de qualidade voltada para a infância, implementada em 2013, a Secretaria Municipal de Educação inaugurou em 06 de agosto de 2015, o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), com o objetivo de dar suporte ao processo de inclusão escolar e melhor atender à demanda dos alunos da Educação Especial, das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, que constituem o público-alvo da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino.

A equipe do Centro Municipal do Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), que atua na Educação Especial, é constituída por Professoras psicopedagogas, uma Psicóloga que realiza acompanhamento escolar e uma Assistente Social.

Estas profissionais possuem especialização em Neuro psicopedagogia (Clínica e/ou Institucional), Educação Especial Inclusiva e Psicopedagogia, ocupam cargo técnico na Secretaria Municipal de Educação e desempenham a função de Assessoras Pedagógicas na Educação Especial.

De tal forma, realizam acompanhamento escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial e de alunos com queixas de dificuldades acentuadas de aprendizagem e questões sérias comportamentais, atendendo à demanda das instituições escolares, viabilizando encaminhamentos médicos e atendimentos especializados, e realizando reuniões e formações com equipes gestoras, profissionais da escola, pais e responsáveis para orientações.

Ao que se refere o município de Ponta Grossa temos “A Educação Especial do município de Ponta Grossa contribui com a organização das escolas e CMEIs, com base em princípios democráticos e educacionais que valorizam as diferenças, sem homogeneidade, tratando com equidade os alunos, realizando o assessoramento pedagógico destes educandos da Educação Especial;

estabelecendo um sistema de apoio aos profissionais da educação que atuam nas instituições escolares da SME.” (CADERNO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, p.8)

O trabalho da equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação viabiliza trazer fundamentos legais para a educação inclusiva, garantindo todos os direitos propostos pelas leis, de forma que sejam devidamente cumpridos para o bem de todos.

## **CAPÍTULO II**

### **O PAPEL DA EQUIPE PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA: PROCESSOS DE ENSINO**

Crianças com TEA tendem a apresentar padrões restritos e repetitivos de comportamentos ou de interesses. A fim de maximizar o potencial em todos os alunos com o TEA e aqueles que podem ter limitações físicas, as escolas devem estar cientes desses fatores para que possam ajustar os métodos de ensino de acordo com a realidade de cada aluno.

Como dito, ainda existe dificuldade no tratamento desses alunos em sala de aula, vista a complexidade e especificidade de cada caso, levando em consideração que os alunos podem apresentar vários graus de autismo e cada aluno possui características específicas no cotidiano e principalmente no aprendizado. É importante que os professores compreendam que existem diferentes graus de autismo para buscar se adaptar e criar um ambiente onde o aluno se sinta realmente incluído.

Assim como estudado através dos artigos de MONTAN, 2007, é possível concluir que existe pouco domínio e conhecimento dos professores sobre o TEA, o que dificulta uma melhor inclusão dos alunos. Além disso, é preciso buscar uma melhor e contínua formação desses profissionais e oferecer suporte estrutural para os professores, pois são eles os principais agentes da inclusão dos alunos com contato direto e diário. Sendo também a ponte entre os alunos, tornando assim um ambiente agradável e educativo a todos sem exceções.

#### **– O PAPEL DA EQUIPE PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS JUNTO A ALUNOS COM TEA**

Ao observar o contexto escolar e como esse espaço é ou deve ser formado, sempre visamos que ela deve ser composta por professores, equipe pedagógica e direção, funcionários e principalmente alunos.

Assim, compreendermos que o espaço escolar é muito amplo e abrangente, portanto deve ser formado por uma equipe pedagógica, envolvida como um todo,

sendo muito bem capacitada para um bom desenvolvimento e cumprimento educacional com os alunos.

Mas qual o principal papel da equipe pedagógica e como isso deve interferir na vida de alunos com TEA? Como traz o site “Neuro Conect”, baseado pesquisas internacionais, a equipe pedagógica coordena as ações didáticas que ocorrem dentro da escola, desenvolvendo melhorias em todo processo de ensino, ampliar um espaço acessível para todos os alunos e principalmente, fornecer preparação completa aos professores para que estejam capacitados para trabalhar na escola com turmas grandes, pequenas e necessariamente alunos com alguma deficiência em específico.

Ou seja, é a equipe pedagógica que será o suporte e o norte dentro da escola para os alunos e professores, investindo em estratégias e os melhores recursos para serem utilizados dentro da escola e garantindo uma boa formação educacional e social dos alunos.

Ao coordenar ações dentro da escola, há o destaque para o planejamento de melhor acessibilidade para alunos, dentre eles os autistas. Dessa forma, irá habilitar uma melhor relação do aluno com o espaço escolar, propondo melhorias para cada local dentro da escola, o investimento de materiais didáticos para uso dos professores com esses alunos, para facilitar o seu aprendizado e por fim, estabelecer projetos de convivência entre os próprios alunos.

O aluno autista precisa sentir que faz parte daquele ambiente a qual está inserido, deve perceber que seus colegas e professores se importam em ajudá-lo, é essa inclusão que irá garantir o desenvolvimento do aluno nas atividades dentro e fora da sala, desenvolvendo assim suas habilidades as quais são levadas também para fora da escola, seja com sua família ou em convivência social.

Uma vez que o aluno com autismo tem necessidades específicas para o seu desenvolvimento, a equipe pedagógica poderá desenvolver buscar por materiais didáticos adaptados para que possa contribuir com seus alunos e auxiliar os professores. Isso se faz necessário, pois muitos autistas têm dificuldade de aprender da maneira tradicional, cabe assim aos pedagogos e docentes elaborarem estratégias práticas que desenvolvam o conforto para aquele aluno aprender.



Um profissional bem preparado apoia seus alunos e suas diferenças, promove uma educação de qualidade, faz com que se desenvolvam estímulos, determinação e resultados positivos na aprendizagem.

De maneira geral, no meio institucional, através da equipe pedagógica, sempre deverá haver esse apoio aos profissionais docentes, oferecendo formações que mantenham os educadores sempre atualizados das novas leis, direitos e deveres, práticas inclusivas, buscando assim por inovação em sala de aula com apoio de toda equipe escolar. A formação de cada professor é fundamental nesse processo.

#### - ORIENTAÇÕES LEGISLATIVAS PARA O TRABALHO COM ALUNOS TEA NO ÂMBITO ESCOLAR

A Lei nº 9.394/1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), traz disposto em seu artigo 2º, a importância da educação, enquanto dever do Estado e da família, imposto constitucionalmente, para o desenvolvimento do educando, destacando o seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação do trabalho, Quanto à educação especial, a LDBEN faz referências em seu artigo 4º, III, segundo o qual:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, uma declaração entra em destaque, declaração a qual se mostrou preocupada em relação a “necessidade de adaptações educacionais, destinadas aos indivíduos que apresentavam necessidades educacionais especiais”, temos aqui a Declaração de Salamanca (1994).

No artigo 11 da declaração Salamanca, afirma que “o planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Em âmbito nacional, destaca-se um plano cujo objetivo era criar metas que deveriam ser cumpridas no período de dez anos, sendo assim chamado de Plano

Decenal da Educação (1993-2003). A ideia deste plano foi estabelecida afim de promover a inclusão educacional e social de grupos considerados vulneráveis, marginalizados e minoritários. Nesse mesmo contexto, destaca-se, também, a criação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB 2/2001 e Parecer CNE/CEB 17/2001).

A partir desses documentos podemos discutir a importância da adaptação curricular no contexto da educação inclusiva. Trata-se de buscar meios para atuar frente às necessidades e dificuldades de aprendizagem percebidas, para melhor desenvolver o trabalho na escola.

Não se trata de criar um currículo novo, mas de atender as necessidades e de cada aluno com deficiência, de cada aluno com sua característica única de se adaptar na escola, no que diz respeito aos novos métodos de ensino e a especialização dos profissionais da educação (OLIVEIRA, 2016).

Nesse contexto de adaptação, a LDBEN traz algumas previsões em seu artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Com isso, pode-se perceber a LDBEN assegura a devida adaptação para atender as necessidades especiais e destacando o currículo e citando o processo de formação profissional completo dos educadores.

Portanto, essa lei traz a importância da escola e equipe pedagógica de criarem ambiente propício e estruturado de ensino, adaptando o ensino com atividades destinadas ao desenvolvimento e desempenho de tarefas que visem promover a capacidade de comunicação social dos alunos com TEA.

#### - TEORIAS E AÇÕES UTILIZADAS POR PEDAGOGOS PARA ORIENTAR A PRÁTICA DOCENTE DESENVOLVIDA COM ALUNOS TEA

Ao considerar a necessidade inclusiva dentro da escola, toda a coordenação que se faz ali presente, tem grande responsabilidade coletar informações trazidas pelos estudantes ou seus familiares, em que relatam as principais características daquele aluno e principalmente as suas maiores dificuldades, para que a escola consiga se envolver com esse aluno para conhecer suas habilidades para um melhor desenvolvimento educacional para esse aluno.

Quando o aluno passa a participar, interagir e se encontrar em meio a sala de aula, ele pode propor atividades ou demonstrar quais práticas se encaixam melhor para o seu aprendizado conforme a sua visão.

Assim como, quando há um bom relacionamento dentro da sala de aula entre todos os alunos, que incluem aquele aluno autista, por exemplo, os próprios colegas conseguem no decorrer de todas as aulas identificar possíveis barreiras de aprendizagem para aquele aluno com TEA, já que passam o maior tempo com ele do que um professor de Geografia, que fica em torno de 50 minutos por aula alguns dias da semana com essa turma.

De tal modo, os alunos poderão apontar estratégias para que o estudante tenha as mesmas oportunidades que toda a turma e se sinta cada vez mais confiante em estar aprendendo nesse ambiente de ensino, pois esse trabalho conjunto irá potencializar a aprendizagem da turma como um todo, trazendo significativos resultados para os alunos com TEA.

Portanto, assim como essa observação que pode ser muito bem vista dentro da escola, é muito importante que haja uma boa relação entre os responsáveis do aluno com a escola, assim será possível receber informações sobre a vida do estudante que podem ser úteis para a escola e compará-las com o que ele vem

praticando e desenvolvendo na sala, relatando aos familiares, para que assim possa ser encontrada diversas soluções que possam contribuir significativamente no desenvolvimento estudantil daquele aluno.

### **CAPÍTULO III**

#### **O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE O TRABALHO COM ALUNOS TEA DE UMA ESCOLA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com três pessoas que fazem parte de uma escola da rede estadual do município de Ponta Grossa, sendo elas: uma pedagoga, um professor de Geografia e a uma mãe responsável por um aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Essas entrevistas tem como objetivo analisar dados obtidos conforme o resultado obtido por meio das respostas de cada pessoa e ao estudo teórico dos capítulos anteriores, de forma que, possamos compreender se as práticas educacionais estão colaborando para o desenvolvimento educacional do aluno tanto no âmbito escolar, quanto fora dele.

De tal forma, se faz necessário analisar como a escola preocupa-se em trabalhar e buscar por soluções e contribuições que auxiliem o desenvolvimento de um aluno autista quando matriculado na escola.

#### **3.1- O PROCESSO FORMATIVO: INICIAL E CONTINUADO PARA O ENSINO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.**

O desenvolver consciente por parte dos professores e toda a equipe pedagógica em relação ao processo inicial e continuado dentro da escola, deve ser bem elaborado e sistemático, a ponto de desempenhar um trabalho crítico sobre seu papel na escola diante de suas ações. Ao analisar alguns artigos da nova LDB- LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (Lei 9394), notamos quais as capacitações dos profissionais da educação dentro das escolas, assim, analisamos o artigo 61 o qual relata que:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009). III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

O artigo ressalta o principal objetivo em atender diferentes níveis de ensino, referente às práticas de experiência com a formação dos educandos de forma que, serão desenvolvidas metodologias mais avançadas, sistêmicas e apropriadas para desenvolver com cada aluno, trazendo todo o aprendizado que foi adquirido ao longo da graduação e atualizado sempre que possível.

De maneira geral, no meio educacional, a formação continuada tem muito embasamento no conhecimento adquirido pelos professores no decorrer da sua formação profissional, cujo objetivo principal está em trazer novas metodologias e discussões teóricas atuais, ou seja, inovação em sala de aula. Aqui encontramos a questão de o professor buscar por práticas educacionais de formação profissional atualizadas em cada nível escolar possibilitando readequar sempre seus métodos em sala.

Isso se comprova através dos dados obtidos pela entrevista entre a equipe pedagógica de um colégio estadual do município de Ponta Grossa, em que foram selecionados um professor de geografia e uma pedagoga para representar o colégio conforme objetivo principal deste trabalho, juntamente de um responsável familiar por um aluno autista de grau um do segundo ano do ensino médio.

A partir do momento em que um professor e um pedagogo passam a ter alunos sejam eles autistas ou com outra deficiência em específico, cabe a toda a equipe escolar se planejar adequadamente para receber esse estudante na escola.

É impossível deixar de perceber ou simplesmente esquecer que o autismo existe, dessa forma, como educadores que desempenham um papel profissional adequado na escola, tem o dever de buscar por inovações que facilitam e se tornem produtivas a construção de uma melhor qualidade de ensino e de vida para uma pessoa com autismo.

Conforme discutido com o professor de geografia entrevistado, temos em sua resposta sobre a maior dificuldade que ele encontra é “A dificuldade é integrar para atividades coletivas, com um currículo muito inchado de conteúdos preparar atividades que além de adaptar conteúdos, proporcionar atividades de reflexão.”

Pudemos analisar que, não simplesmente se faz necessário saber que há um aluno autista em sala e trazer atividades que possam estar de acordo com as habilidades desse aluno, se o professor não souber definir o que é o autismo, qual a

abrangência e características desse transtorno, o professor não trará resultados significativos para a vida desse aluno.

Então, é importante que, se como educador não possui formação ou qualquer experiência destinada a alunos com algum transtorno em específico, é importante buscar conhecer e se aprofundar, nesse caso, a saber o que é o Transtorno do Espectro Autista, assim como o professor entrevistado afirma que reconhece a principal definição do TEA.

O professor também responde que “sim” ao ser questionado se já participou de alguma formação docente no contexto de inclusão para alunos com TEA, essa resposta afirma quando ele diz que: “foram realizadas atividades diagnósticas, adaptadas às condições do aluno, avaliações adaptadas, mudança de lugar do aluno em sala.”. Ou seja, o profissional entrevistado apresentou resultados positivos dentro de sala de aula conforme sua formação profissional, o que permite que auxilie muito no dia a dia do seu aluno autista.

Reconhecendo os significados e toda a complexidade que trazem os transtornos, será mais fácil do educador desenvolver as competências e habilidades para com esse aluno autista.

Porém, o professor de Geografia, ao ser questionado se a escola a qual leciona atualmente e que se encontra o seu aluno com TEA, oferece formações docentes suficientes referentes à inclusão, ele nega, mas afirma que já participou de formação docente no contexto de inclusão para alunos com TEA além de ter esse preparo disponibilizado pela própria escola, dessa forma, pode estar mais apto para estabelecer uma boa relação com o aluno autista e trazer segurança para o mesmo, pois esse preparo é fundamental.

Assim como a experiência vivenciada pelo professor de geografia, foi possível receber a contribuição de informações recebidas por uma das pedagogas da mesma escola a qual o professor entrevistado leciona. Durante o diálogo, a pedagoga afirma que: “Já participei de formação, a minha pós-graduação é em educação especial e no estado participei dos formadores que o estado tem investido muito né, na formação continuada. Fiz os formadores referentes à educação especial e sempre que o estado oferta qualquer curso ou que eu veja na internet ou qualquer outra situação eu sempre estou me atualizando porque no nosso colégio temos muitos alunos autistas e sempre a gente tem algo novo pra aprender”

Portanto, ao analisar a importância de seguir o processo formativo como ele é passado e deve ser aplicado em sala de aula e, ao comparar com a experiência compartilhada pelo professor de geografia na escola a qual trabalha, é perceptível de como deve haver necessariamente a capacitação de professores diante da entrada de alunos com TEA na escola, sem que haja dificuldades ou desistência por parte desses professores em relação a esses alunos, o incentivo da escola é fundamental.

#### – PRÁTICAS EDUCATIVAS DOCENTES PARA ALUNOS COM TEA

No decorrer dos anos, a estratégia de ensino em meio às práticas fundamentadas por professores, vem sendo cada vez mais estudadas com o intuito de investigar quais as possíveis alterações e avanços que ainda podem ser acrescentados ou modificados para auxiliar os alunos.

Os mais significativos estudos abordados para esse meio inclusivo de alunos com TEA, é a base de teorias de análise do comportamento. Podemos saber que isso é válido através das informações obtidas ao entrevistar o professor de Geografia, que é a base da nossa pesquisa.

Assim, ele relata que as melhores práticas e recursos encontrados para auxiliar a vida do seu aluno autista, foi realizar atividades diagnósticas, adaptadas às condições do aluno, formular avaliações adaptadas e as mudanças de lugares do aluno em sala.

Dessa forma, o professor pôde inicialmente conhecer quais as principais habilidades do aluno ao realizar as atividades diagnósticas, assim ele cita que “Foram realizadas atividades diagnósticas, adaptadas às condições do aluno, avaliações adaptadas, mudança de lugar do aluno em sala.”

Assim, notamos que o professor ao ver o interesse do aluno e definir o que pode ser melhorado para que ele possa alcançar um maior nível de aprendizado, possibilitou que ele adaptasse suas avaliações, a qual mesmo sendo diferente dos outros alunos, foi o que aquele aluno autista conseguiu interagir melhor e mostrar sua evolução ao longo das aulas.



Outros métodos encontrados pelo professor que puderam contribuir positivamente com a aprendizagem desse aluno foi a elaboração de entrevistas e pesquisas, como uma forma de sempre estar se adaptando as novas fases daquele aluno e mantendo-se atualizado de cada mudança que o aluno demonstrava.

Embora as práticas utilizadas pelo professor de Geografia tenham sido muito válidas e trazido resultados positivos para esse aluno, o professor conseguiu nos destacar uma dificuldade que apresentou ao ser questionado sobre quais os maiores desafios ele tem enfrentado em meio a inclusão escolar durante o ano letivo e a resposta foi “Conciliar dentro de sala metodologias que possam ser usada por quem tem e quem não tem o TEA”

Ou seja, houve uma certa dificuldade em integrar o aluno em meio a turma quando se fala em práticas metodológicas da aula, o que pode facilitar para um, dificulta ao outro e assim vice-versa.

Portanto, notamos que, mesmo quando há uma interação boa entre aluno autista e professor, em que o aluno compartilha aquilo que está sentindo necessidade, mas ainda há falhas, que muitas vezes não são por culpa do professor, já que muitos não tem formações ou condições adequadas para trabalhar com esses alunos. Aqui notamos mais uma vez as observações que devem ser notadas pela equipe pedagógica dentro da escola, a fim de que deverão ser concertadas no decorrer do ano letivo para que isso não agregue negativamente na vida futura do aluno.

Como sabemos, os autistas demonstram certa dificuldade em interagir em grupo ou estar em ambientes com muitas pessoas e barulhos, isso é um grande desafio para eles quando estão dentro de sala de aula e para o professor, ao precisar ajudar a amenizar o estresse ou nervosismo daquele aluno em uma aula de cinquenta minutos. Isso também foi possível ser evidenciado através do relato do professor em que diz que a dificuldade em sala de aula, ao elaborar um planejamento para a turma, é de integrar esse aluno autista nas atividades coletivas, pois as aulas de Geografia possuem um currículo muito “inchado” de conteúdos, como diz o professor, o que acaba dificultando na hora de preparar atividades, onde além de adaptar os conteúdos, precisa proporcionar atividade de reflexão.

A relação estabelecida entre família e escola é de primordial importância, pois é através dela que a escola recolherá importantes informações sobre a vida daquele aluno, ajudando no seu processo de desenvolvimento social e cognitivo.

O autista tem como sua primeira relação em grupo social a sua família, a qual ele faz parte e convive todos os dias, seus hábitos e costumes com mais pessoas são estabelecidos na maior parte em sua própria casa. Portanto, a partir do momento em que esse aluno passa a frequentar a escola com pessoas nunca vistas antes por ele e em um espaço completamente amplo ou até mesmo maior que a sua casa, trará uma grande mudança comportamental na vida de estudante, em que alguns reagem positivamente e outros, caso não recebam a ajuda necessária desde o início, terão sua adaptação será muito mais complexa. Assim como diz Bock, Furtado e Teixeira (1999):

A função social atribuída à família é transmitir os valores que constituem a cultura, as ideias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas. A família, portanto, é responsável pela sobrevivência física e psíquica da criança, uma vez que se constitui como o primeiro grupo de mediação do indivíduo com a sociedade (Bock, Furtado & Teixeira, 1999, p.248).

De tal maneira, a família de um aluno com TEA auxilia que ele constitua sua formação histórica, cultural e material, favorecendo ações comportamentais dentro de novos ambientes, tornando necessário relatar essas informações completas a escola.

De tal forma que possam saber como iniciar o processo de aprendizagem do aluno, pois ninguém sabe mais do que a própria família, já que é com ela que a criança ou adolescente aprendem a responder ao seu meio enxergar a sua própria identidade fora de casa.

Esse processo é muito desafiador dentro de uma sala de aula, tanto para o aluno quanto para o professor, o qual deve adaptar corretamente suas aulas de forma que envolva a turma como um todo, permitindo a inclusão do seu aluno autista.

Como vimos anteriormente, embora o professor de Geografia entrevistado nesta pesquisa tenha relatado os métodos que ele utilizou para ensinar na prática ao seu aluno, algumas dificuldades foram também encontradas, o que é muito comum.

Porém, não devem ser permanentes e cabe ao professor buscar melhorias para que o aluno não construa uma má relação no meio escolar e acabe regredindo durante o ano.

Imaginamos como esse processo de inclusão escolar deve ser muito difícil para o aluno e para a família que presencia esse momento. Assim como nos anos iniciais, os anos finais também estabelecem direitos para que alunos com TEA possam ingressar os seus estudos normalmente e com um bom suporte escolar.

Para melhor compreender essa relação entre família e escola, o desenvolvimento educacional de autistas e como as práticas do professor de Geografia contribuíram para o desenvolvimento do aluno em sala de aula, trazemos informações coletadas em entrevista com a mãe de um aluno com Transtorno do Espectro Autista de uma escola do município de Ponta Grossa. O aluno teve aulas com o professor de Geografia e o suporte educacional da pedagoga que foram entrevistados no decorrer deste trabalho.

Assim como uma boa relação e interesse por parte de toda equipe pedagógica em atender alunos com deficiência, a mãe relata que seu filho autista de grau 1, demonstrou muito interesse e entusiasmo pela escola em que estuda. Além disso, houve o questionamento se a escola oferece uma boa estrutura e diferentes recursos para auxiliar o desenvolvimento desse aluno em sala, e a resposta por afirmativa. Isso permite que o aluno consiga desenvolver sua socialização em outro ambiente longe de sua casa e estabelecer contato com diferentes recursos que ele mesmo irá enxergar como um facilitador para o seu aprendizado em sala.

Quando a escola fornece diferentes recursos didáticos, permite que o professor consiga colaborar melhor com o crescimento do educando e o aluno desenvolverá interesse em ir para escola, já que os resultados estarão aparecendo.

Como dito anteriormente sobre o contato direto entre a escola e a família do aluno, a mãe responsável entrevistada ao ser questionada se a equipe pedagógica, juntamente dos pedagogos e professores, atualiza a família do aluno em relação ao seu desenvolvimento escolar, ela afirma que os pedagogos e professores, mantém a família informada.

Segundo Paniagua (2004), a família quando recebe a notícia de que seu filho terá alguma deficiência, passam a desenvolver uma série de preocupações e inicia-se uma busca para acompanhamentos específicos para o seu filho, um deles é a

escola. O autor afirma que o maior suporte para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno é o escolar.

A escola deve se preocupar em atender a todas as necessidades dos alunos TEA a partir do momento em que se matriculam na escola, fornecendo suporte e contato direto com os pais, formação adequada a todos os professores, recursos didáticos acessíveis aos alunos, salas de apoio bem equipadas e até mesmo modificações, quando necessário, no edifício escolar. Todas essas ações são importantes para que a escola possa atender a todos com uma educação de qualidade, já que é nesse ambiente que os alunos serão apresentados a novos valores e conhecimentos, irão aprender novas formas de interação e comportamento.

De tal forma, seguimos o que diz Polônia e Dessen (2007, p.304):

A escola deve visar não apenas a apreensão de conteúdo, mas ir além, buscando a formação de um cidadão inserido, crítico e agente de transformação, já que é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das ideias, ideais, crenças e valores. (POLÔNIA e DESSEN 2007, p.304).

De acordo com as autoras, é responsabilidade da escola fornecer recursos psicológicos responsáveis para o crescimento cultural, social e intelectual de cada aluno.

No decorrer da entrevista, a responsável se mostrou muito satisfeita com o trabalho oferecido pela escola em que seu filho estuda e principalmente pela relação profissional que o professor de Geografia desenvolveu para o desenvolvimento do aluno.

A “didática, dedicação, aulas de campo, empatia” foram às palavras utilizadas para descrever como foram as aulas de Geografia no decorrer do ano letivo de 2022. O profissional entrevistado conseguiu promover um papel fundamental na vida de um educando, já que a mãe do aluno afirma que: “Estou muito satisfeita com o profissionalismo, nada a melhorar”.

Contudo, fica notório que, mesmo ao entrevistar apenas uma família, fica evidente a importância que uma escola bem estruturada tem na vida de um aluno autista, bem como uma boa formação teórica e prática dos professores, como forma de mantê-los atualizados para que possam se disponibilizar em atender os alunos com qualidade e interesse em ensinar. Ainda o suporte pedagógico deve estabelecer

relação direta com as famílias para que haja comprometimento de ambos os lados em auxiliar no crescimento cognitivo e social desses alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo teórico apresentado no decorrer desta pesquisa, onde deixam evidentes quais os papéis fundamentais a serem aplicados pela escola, equipe pedagógica e família de alunos com TEA, pode-se compreender como os autores apresentam o papel do professor diante da vida de um aluno autista e como isso vem sendo alcançado na prática através das entrevistas realizadas.

De acordo com o que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, pudemos perceber as mudanças na educação ao longo dos anos em meio às práticas educativas com alunos TEA, pois pouco se era enfatizado dentro das escolas, focando apenas em metodologias e recursos tradicionais. Contudo, os anos foram passando e a educação teve suas alterações, alunos com deficiência passaram a ser mais bem atendidos e desenvolveram-se estudos mais especializados sobre essas crianças e jovens, de tal forma que, foi possível diagnosticar as necessidades de inovações em sala de aula para melhor atendê-los.

Já no segundo capítulo pudemos perceber alguns documentose leis. A Lei das Diretrizes e Bases, onde assegura o atendimento especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação em todos os níveis e modalidades, assim, cada aluno deficiente poderá recorrer aos seus direitos e deveres dentro do âmbito escolar. Oobjetivo é desenvolver melhor suas habilidades intelectuais, sociais e cognitivas.

Ainda no segundo capítulo, destacamos a Declaração Salamanca (1994), a qual se dedicou em estabelecer a importância das adaptações educacionais especiais dentro das escolas, demandando aos professores comprometimento a um aprendizado significativo na vida dos alunos.

Pode-se concluir que o processo formativo que ocorredentro das escolas é a base fundamental para o crescimento profissional de professores e pedagogos, e que embora fornecidos pela escola, o professor entrevistado relata que deveria haver mais investimentos nessa área, pois ainda há falhas nesse meio. Já que, para exigir um trabalho de qualidade para um profissional da educação, ele precisa ter o conhecimento básico de diferentes setores, como inclusão escolar de autistas, que vem se tornado frequente nos últimos anos.É necessário estar sempre se

atualizando, então cabe à escola promover formações continuadas para que seus educadores recebam seus alunos com preparo didático-pedagógico adequado.

A pedagoga da escola afirmou que busca se aperfeiçoar continuamente, participando de eventos, palestras e cursos. Esta formação deveria ser oferecida gratuitamente dentro das escolas a toda equipe que ali se faz presente, já que todo o conhecimento será utilizado nesse local. Isso passaria a motivar ainda mais os professores a se aperfeiçoarem em diferentes temas ligados à sua função.

Essas informações prestadas pela pedagoga serviram para compreender o que a equipe pedagógica sente ao se envolver mais no assunto. Ela afirma que a escola vem recebendo de uns tempos para cá mais atenção para por parte do estado, que promove formações gratuitas para os professores na área de inclusão. Mesmo considerando esta oferta do mantenedor, o professor afirma não ser suficiente. Portanto, podemos compreender que pode haver uma falha de interação entre equipe pedagógica e professor, falta de divulgação sobre as formações ou busca inadequada pelo profissional em relação ao que é ofertado. A sobrecarga de trabalho do professor também precisa ser levada em conta.

Embora haja falha em relação ao processo formativo do docente, concluímos que o professor e pedagoga puderam contribuir significativamente com o desenvolvimento do aluno no decorrer do ano letivo, ao oferecer suporte didático, planejamentos adequados e adaptados conforme a necessidade do aluno.

O professor de Geografia, ao estar diretamente ligado com a família do aluno, fez com que o educando estabelecesse e reconhecesse suas habilidades cognitivas e passasse a interagir coletivamente na escola, o que acarretou resultados positivos na formação dele, segundo relato da pedagoga e da mãe do aluno. Estudar as relações entre família e escola constitui fonte importante de informação, pois permite identificar aspectos ou condições que influenciam na colaboração e evitem conflitos entre essas duas instituições. Considera-se então a família e a escola como ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana, em concordância com o que afirmam as autoras Dessen e Polônia (2007).

## REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 (5a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

ASFORA, Rafaella; SILVA, Cleonice Aparecida; SILVA, Rosimeri Arruda. **Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil**. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Pernambuco. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

AUTISMO SE INSTALA NOS 3 PRIMEIROS ANOS DE VIDA; CONHEÇA POSSÍVEIS SINAIS DO TRANSTORNO. Observatório da Saúde da Criança e do Adolescente, 2013. Disponível em: <<https://abrir.link/6twvp>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BLEULER, Eugen. Dementia Praecox ou o grupo das esquizofrenias. Lisboa: Edição portuguesa – Climepsi editores, 2005.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. Psicologias – uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo/SP: Saraiva, 1999.

BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. p. 4.

CADERNO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação. – Ponta Grossa - PR, 1ª edição, 2020. 44 p

CARVALHO, Rhayssa Moreira. **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Papel do pedagogo no processo de inclusão na educação infantil. Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Amazonas. 2022. Trabalho de conclusão de curso.

CRISPIM DO NASCIMENTO, Fabrício. **As tecnologias assistivas como forma de comunicação alternativa para pessoas com transtorno do espectro autista**, 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília- UB, Distrito Federal. 2007.

DINIZ, M. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: **avanço e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 102. GRAUS DE AUTISMO. Neuro Conecta < <https://abrir.link/EuZqo> >. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

DIVERSA. 2019. **O papel da coordenação pedagógica na educação inclusiva**. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/o-papel-da-coordenacao-pedagogica-na->





Lei nº 10.973/2012. Dispõe sobre a política municipal de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

MERCADANTE, M.T.; ROSÁRIO, M.C. Autismo e o Cérebro Social. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

L'ECUYER, Catherine. **Educar na curiosidade : A criança como protagonista da sua educação**. 3.ed. São Paulo: Fons Sapientiae, v.1, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.

MINHA VIDA. Autismo: o que é, sintomas e tipos. Disponível em: < <https://www.minhavidacom.br/saude/temas/autismo> >. Acessado em 11 de agosto de 2022.

Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

Oliveira. A. N. (2016). Adaptação curricular para autistas no ensino fundamental I: um enfoque na legislação educacional. Centro de educação da Universidade Federal da Paraíba.

OLIVEIRA, EDUARDA SAMPAIO. AUTISMO NA ESCOLA: pontos e contrapontos na escola inclusiva - Brasil Escola.

Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm>. Acesso em: 20 novembro de 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

REVISTA Educação Pública - Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/3/praticas-educativas-para-alunos-com-tea-entre-dificuldades-e-possibilidades>. Acesso em: 10 outubro. 2022.

RINALDO, Simone Catarina de Oliveira [UNESP]. Processo educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: interconexões entre contextos. 2016. Published Version — Universidade Estadual Paulista (UNESP), [s. l.], 2016.

SCHMIDT, C. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antonio; VAZ; Kamile. **A Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva: o caso da escolarização dos**

**sujeitos públicoalvodaeducação**. In: ANPEDSUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, 2011. p. 01-18.

SCHWARTZMAN, J.S. Cem Dúvidas sobre o Autismo. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018.

SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **O cérebro da criança: estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família**. 1 ed. São Paulo: nVersos, v.12, 2015.

SILVA, K.F.W. ; ROZEK, M. SEVERO, G. A Formação Docente e o Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <  
<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipase/assets/edicoes/2018/arquivos/67.pdf> > Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

SILVA, Isailde Alves dos Santos. **O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AOS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNO AUTISTA**. 2015. TCC (ÚLTIMO PERÍODO) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2015.

STURION, Fernanda. **O Ensino Fundamental de Nove Anos**: o que revelam professores em seus discursos. 189f. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba. 2010. Tese de Doutorado.

TISMOO BIOTECNOLOGIA. Direitos dos autistas: curatela, jornada de trabalho, impostos, transporte e previdência. Disponível em: <  
<https://medium.com/tismoobiotecnologia/direitos-dos-autistas-curatela-jornada-de-trabalho-impostos-transporte-e-previd%C3%Aancia-77227ad1af51> > Acessado em 10 de setembro de 2022.

WESTIN, Luís Antônio Rossi. O autismo e os direitos da família. Disponível em: <  
<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI277623,11049-O+autismo+e+os+direitos+da+familia> > Acessado em 10 de setembro de 2022.

**ANEXO(S)**

**Identificação do Autor: (\*)**Nome: Alessandra Mayer de LimaRG: 14.061.962-0 CPF: 104.076.239-57 e-mail: alessandra.lima158212@gmail.com Telefone: (42)99953-7459Celular: (42)99953-7459Curso: Licenciatura em Geografia**Identificação do Orientador:**Nome: Mario Cezar Lopes RG: 3.257.035-6 CPF: 411.547.629-04 e-mail: mclopes@uepg.brTelefone: 42999827221Celular: 42999827221Departamento: Geociências**Identificação do Documento:**Título: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM MEIO A INCLUSÃO ESCOLAR: ALUNOS COM TEA.Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Páticas pedagógicas. Escola.Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso:  Graduação  Especialização Ano de Conclusão: 2022**LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

Ao assinar e entregar esta licença, o(s) autor(es) :

- a) Concede à UEPG o direito não-exclusivo de arquivar, reproduzir, divulgar e/ ou distribuir o documento submetido (incluindo o resumo/abstract) em formato digital e em qualquer meio.
- b) Declara que o documento submetido é um trabalho original de sua autoria e/ou que detém o direito de ceder os direitos contidos nesta Licença. Declara também que a submissão do documento não infringe, até onde lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- c) Se o documento submetido contém material para qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização irrestrita do detentor destes direitos, para ceder à UEPG os direitos requeridos nesta Licença, e que tal detentor está claramente identificado e reconhecido dentro do texto submetido.
- d) Se o documento submetido é baseado em trabalho patrocinado ou financiado por agência ou organização que não a UEPG, declara que atendeu todos os direitos e obrigações requeridos no respectivo contrato ou acordo.

A UEPG identificará claramente o(s) seu(s) nome(s) como detentor (es) dos direitos do documento submetido, e que não fará qualquer alteração, além das autorizadas por esta Licença.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa a disponibilizar a obra, gratuitamente de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 4.0 Unported* por mim declarada sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra?

 Sim Não

Permitir modificações em sua obra?

 Sim Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Ponta Grossa, \_\_\_\_\_/2023

A

ador

Ponta Grossa, Alessandra mayer de lima 15/03/2023

Assinatura do Autor

\* Para trabalhos com mais de um autor, deverá ser encaminhado um termo assinado, individualmente, por cada um dos autores.